

Rio de Janeiro,
CORPO DE BOMBEIROS, 10 horas de 9-8-1924:

Exmo. Sr. Araujo Franco,
M.D. Presidente da Associação Commercial do Rio de Janeiro.

Attenciosas saudações.

Soube pelo glorioso veterano do Paraguay, Sr. General Senador Candido Rodrigues, que V.Exa. e representantes de Associações Commerciaes, iriam conferenciar com o Sr. Ministro da Justiça, sobre o meu caso.

Venho pedir ao distincto patricio que não solicite favor algum do Governo, porque eu o recusarei formalmente. Que apontem as accusações, afim de eu poder pulverisal-as.

Mando junto a esta copia do meu depoimento perante o Sr. Dr. Auditor da Guerra, em S. Paulo.

São declarações que exprimem rigorosamente a verdade, dictas por um homem honrado, que não tem medo de assumir a responsabilidade do que fez e do que faz.

De resto, si, por amparar os interesses das classes conservadoras, que me conferiram para isso um honroso mandato, e por defender a inerme população de S. Paulo, mereci ser preso, não tenho duvida alguma em sujeitar-me á prisão, todas as vezes que o povo da minha terra precisar dos meus fracos prestimos.

Muito attenciosamente subscrevo-me o patricio e admirador

(a) José Carlos de Macedo Soares.

Municipal pela as aconselhava que prestigiassem o Sr. Dr. Firmiano Finto.

Reconhecida a autoridade do Sr. Prefeito tornaram-se possíveis as medidas oportunas que contiveram os desvarios da população desorientada e desenfreada.

A partir de então necessidades urgentes de toda a ordem obrigaram-me a intervir frequentemente junto aos chefes dos revoltosos, notadamente do Sr. General Isidoro, commandante em chefe, e do Sr. Major Cabral Velho, chefe de Policia, para obter providencias que diziam respeito ás classes que representava, bem como para defender a população inerme e innocente contra os excessos e abusos fataes numa occupação militar.

Quando se tornaram conhecidas as declarações do Exmo. Sr. General Socrates, e mais tarde as do Exmo. Sr. Marechal Ministro da Guerra, tal foi o panico que se apoderou dos quatrocentos mil habitantes que se achavam ainda na Cidade, que tentei por varios modos, todos publicos, registrado nos jornaes de S. Paulo, obger a deposição das armas.

---oOo---

Só tenho a lamentar é que seja suspeitada a unica voz, que se fez ouvir, sempre publicamente, em favor da legalidade.

Realmente, no dia 8 os jornaes publicaram dois boletins da Associação Commercial, por mim assignados: um aconselhando ás classes conservadoras a prestigiar o Sr. Presidente Carlos de Campos, outro transmittindo em nome do Sr. Presidente do Estado o decreto do feriado.

No dia 10 os jornaes publicaram novo boletim da Associação Commercial, aconselhando ás classes conservadoras a prestigiar o Prefeito Municipal, unica autoridade legal existente na Cidade.

No dia 12 os jornaes annunciavam que eu e meus companheiros de Directoria da Associação dos Bancos de São Paulo, pedimos authorisação ao chefe dos revoltosos para pedir por telephonema ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, as providencias de caracter financeiro que o momento exigia.

Era uma prova irrefutavel de que desconheciamos o Governo Provisorio dos Revolucionarios, pois pedimos providencias legais ao Governo legal.

Com outras pessoas gradas da cidade pedimos ao Exmo. Sr. Presidente da Republica, a cessação do bombardeio, declarando expressamente não termos intuitos politicos.

A pedido de varios commerciantes e industriaes, como não tivesse chegado a tempo o theor do decreto prorogando o feriado, pedi ao governo de facto, uma providencia de força: a não abertura dos Bancos e de cartorios de titulos.

Consegui, no dia seguinte, a publicação do decreto, emanado do poder legal, prorogando o feriado.

Nos dias seguintes occupei-me da mediação do Exmo. Sr. General Abilio de Noronha.

Na minha carta ao illustre militar affirmei textualmente: "a victoria das tropas legalistas, possível e até provavel..." Isso em plena occupação militar !

Obtive ainda do Sr. General Isidoro declaração expressa de que dinheiro, em caso algum, seria requisitado. Dessa forma procurei amparar os Bancos e as grandes casas de commercio.

Continuando o meu trabalho em prol da deposição immediata das armas, afim de salvar São Paulo da destruição, escrevi ao Sr. General Isidoro, accusando-o publicamente, os jornaes o publicaram, de ter sido o responsavel inicial das desgraças que feriam a minha terra.

Fiz uma nova tentativa para obter do Sr. Ministro da Fazenda a prorrogação do feriado e a lei da moratoria. Continuei, pois, a reconhecer em publico um governo legal differente do Governo Provisorio Revolucionario.

Por suggestão de varios grandes industriaes consegui reorganisar o Corpo de Bombeiros, entrando entao em relações mais directas com o Sr. Coronel Mesquita.

A meia noite do dia 26 fui procurado em minha residencia pelos Srs. Capitão Jesus e Tenente Calimerio, que da parte do Sr. General Isidoro foram me dizer que o commandante em chefe das Forças Revolucionarias em attenção ao que eu vinha, em todas as oportunidades, dizendo a respeito do aniquilamento do poder industrial de São Paulo, tinha resolvido acceitar o offerecimento do Exmo. Sr. General Abilio de Noronha, para que, mediante a amnistia, fossem depostas as armas. Pedia ainda o Sr. General Isidoro que fosse eu quem transmittisse o pedido de armisticio ao Exmo. Sr. General Sargates, afim de que o Sr. General Abilio pudesse desempenhar a sua missão.

Escrevi, então, a carta que foi publicada nos jornaes.

Está claro que não sabia, nem poderia saber, que o Chefe dos revoltosos estava se cartecendo com um official graduado legalista.

Tinha obrigação de acreditar na palavra de quem, tudo podendo, não fez á cidade, e á sua população, as violencias que poderia ter feito.

---oOo---

Em relação ás accusações transmittidas pelo Exmo. Sr. Dr. Augusto de Lima Junior, nenhuma dellas poderá subsistir ao mais leve exame.

De todos os officiaes implicados na revolta, do posto de major para cima só conhecia pessoalmente o Sr. Tenente Coronel Mesquita, e isso por ter estado uma vez com elle no almoço offerecido no Automovel Club ao Exmo. Sr. Marechal Ministro da Guerra.

Dos demais officiaes conheço apenas alguns, e com nenhum delles mantenho relações amistosas.

Nunca troquei cartas nem compareci á entrevistas com qualquer pessôa, civil ou militares, afim de combinar essa ou outra qualquer revolução.

Não forneci, nem antes, nem no correr da revolução nem um vintem aos revoltosos.

Não poderia, pela minha acção como Presidente da Associação Commercial, nem em defesa de uma população innocente, leal e inerte, prestigiar moralmente os revoltosos, visto como foi a minha exactamente, a unica voz que repetidamente, foi ouvida, publicamente, não reconhecendo o Governo Provisorio, e affirmando a existencia de um Governo Legal.

Nada mais tenho a dizer.

S. Paulo, 4 de Agosto de 1924

(Ass.) José Carlos de Macedo Soares.

Convidado, em minha residencia, ás 22 horas do dia 4 de agosto, pelo Sr. Capitão Ribeiro da Costa, para prestar declarações, perante o Sr. Dr. Augusto de Lima Junior, Auditor de Guerra, na presença de S.S. disse-me o Sr. Dr. Auditor, que escrevesse do proprio punho as minhas declarações, o que passo a fazer:-

Toda a minha actuação nos tenebrosos dias que decorreram de 5 de Julho até a manhã de 28, está descripta no Relatorio que apresentei, em assembléa geral, na Associação Commercial de São Paulo, de que sou Presidente.

Em resumo disse nesse documento, que ausente de São Paulo, desde algumas semanas, no correr do dia 5 voltei á Capital, não só por solidariedade com amigos, como por cumprir o nosso dever, zelando pelos interesses do commercio e da industria, a mim confiados em honroso mandato.

Fiz ver aos meus consocios que innumeras vezes fui forçado a tomar graves attitudes, escrevendo, de momento, boletins e appellos, e com as difficuldades occorrentes aggravadas pela ausencia de informações que não fossem dos occupantes da cidade, pois isolados completamente de quaesquer communicações com os legalistas, não me era possível distinguir o que havia de verdadeiro ou de tendencioso nas noticias recebidas.

No dia 7 de Julho fiz espalhar pela cidade um boletim em que definiamos bem as attitudes das classes conservadoras em relação ao Exmo. Sr. Presidente Carlos de Campos.

Nas primeiras horas do dia 9 logo que circulou que o Sr. Presidente havia deixado o Palacio, tive opportunidade de assistir o saque dos Armazens Hatarazzo, no Largo do Troncho, e comecei a ter noticias dos saques e assaltos que elementos maos da população levaram, desenfreadamente, a effeito.

Procurado pessoalmente pelo Sr. Official de Gabinete do Sr. Prefeito Municipal, compareci a uma reunião a que estavam presentes, além de varias personalidades, dois antigos presidentes do Estado.

Foram todos os presentes de parecer que o Exmo. Sr. Prefeito deveria entender-se com os chefes revoltosos, afin de saber delles si respeitariam a autoridade municipal, para que esta pudesse de logo cuidar do policiamento e abastecimento da cidade.

Convidado pelo Sr. Prefeito para acompanhá-lo ao Quartel General das Forças Revolucionarias, e lá não encontrando quem pudesse dar uma solução, deixamos um recado escripto, pedindo que qualquer resposta fosse communicada á minha residencia, visto como o Sr. Dr. Firmiano Pinto se achava hospedado no Instituto Paulista, e não desejava alarmar os hospedes daquela casa de saúde.

Foi por isso que fui procurado em minha residencia pelo Sr. General Isidoro Dias Lopes, a quem não conhecia pessoalmente, e que se me apresentou como chefe dos revoltosos, e me declarou que não embaraçaria de maneira alguma a acção do Sr. Prefeito, convidando-me em seguida para acompanhá-lo á presença do Sr. Prefeito.

Ao retirar-se o Sr. General Isidoro do Instituto Paulista, fiquei conferenciando com o Sr. Dr. Firmiano Pinto, com quem acertei varias medidas reclamadas pela situação excepcional em que se achava a cidade.

Nesta mesma noite fiz espalhar pela cidade um boletim informando ás classes conservadoras que o commandante em chefe das Forças Revolucionarias havia respeitado a investidura do Sr. Prefeito